



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAHIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

Marla Araújo Pimentel Neves
UNEB
marlapimentelneves@hotmail.com

Tatyanne Gomes Marques
UNEB
tmarques@uneb.br

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar a política pública de educação profissional técnica de nível médio na Bahia, partindo da problematização do que é uma política pública educacional, como a política de educação profissional se constitui no Brasil após a Constituição de 1988 e como é ofertada na Rede Estadual de Educação da Bahia e suas implicações para o trabalho docente. Inicialmente, é preciso conceituar ‘Política Pública’. De acordo com Cavalcanti (2012), “as políticas públicas são entendidas como feitas em nome do ‘público’ quando a política decorre de algum governo”. A autora ainda afirma que, apesar de poderem ser implementadas por organizações do setor privado ou por organizações governamentais, as políticas são públicas quando envolvem recursos públicos. ‘Políticas Públicas Educacionais’ são normatizações dispostas a observar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização dos profissionais, a gestão democrática, a garantia de qualidade, piso salarial, a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, dentre outros princípios (Silva; Leal, 2022). A forte influência da política neoliberal nas legislações brasileiras, contribuem para o aumento da pobreza e da exclusão social, evidenciados também na educação, reafirmando o dogma neoliberal entremeado na América Latina, que em nenhum momento se coloca na posição de melhoria das condições de vida, saúde, educação, dentre outros indicativos da preservação da dignidade humana, fortalecendo os mecanismos de rentabilização do modelo capitalista. Esta doutrina, tem a força de destoar

o sentido da educação, transformando em um bem de consumo rentável e coisificado (Socorro; Ruiz, 2018. Pág. 20). Em 2007 é criada na Bahia, a Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica com a finalidade de planejar e coordenar a política de educação profissional no estado (Bahia, 2007). O Plano Estadual de Educação Profissional (Bahia, 2008), estruturou a Educação Profissional e Tecnológica como política pública permanente, com a proposta de integração física, pedagógica, econômica e socioambiental. A Bahia passou a contar com uma das maiores redes públicas de EPT do Brasil, presente em todos os 27 territórios de identidade (Bahia, 2010), promovendo uma vasta capilaridade de oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes ao ensino médio, bem como de cursos na modalidade profissionalizante integrado à educação de jovens e adultos. Trata-se de um estudo de revisão de literatura. Problematicamos como a educação profissional é ofertada na rede estadual de educação da Bahia, a partir do levantamento e análise de estudos nos programas de pós graduação a nível de mestrado e doutorado publicadas e divulgadas através da plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e do Catálogo de Teses e Dissertações do Portal CAPES. Foram definidos os descritores e operadores booleanos: "política pública" OR "políticas públicas" AND "educação profissional" AND "Bahia" AND "ensino médio". Os estudos foram categorizados seguindo as seguintes temáticas: trabalho docente (Silva, 2016), formação profissional do estudante (Fonseca, 2023. Duarte, 2021. Barbosa, 2011. Neres, 2022), representações sociais dos estudantes sobre a política de educação profissional (Rocha, 2019. Silva, 2014), gestão escolar dos centros de educação profissional (Alves, 2019), materialização da política pública à luz da categoria trabalho (Neto, 2010). A síntese e análise dos estudos levantados através da pesquisa foram tratados de maneira qualitativa e descritiva. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, chegamos ao total de 02 teses e 06 dissertações que discutem a problemática da rede de educação profissional na Bahia. Os estudos se concentram em analisar de forma geral: a materialização da política pública de educação profissional à luz da categoria trabalho (Neto, 2010); a questão da formação, contratação e condições do trabalho docente (Silva, 2016); o questionamento às concepções de formação omnilateral, emancipatória, propedêutica e profissional (Fonseca, 2023. Duarte, 2021. Barbosa, 2011. Neres, 2022); as representações sociais dos estudantes sobre o trabalho e sua relação com a educação, e a operacionalização do ensino

(Rocha, 2019. Silva, 2014); os desafios e propostas de intervenção na gestão escolar (Alves, 2019). Os resultados evidenciaram que as propostas de integração entre o ensino médio e a educação profissional, embora avance no plano legal e conceitual, não consegue, em essência, romper com a lógica da separação entre formação geral e formação técnica. A formação dos estudantes está permeada por contradições estruturais do modo de produção capitalista. Esta política pública trouxe avanços importantes, mas enfrenta limites materiais, curriculares e políticos. Os resultados obtidos mostram que existem tensões latentes entre o que propõe os decretos e portarias que regulamentam a política pública de educação profissional na Bahia, e as necessidades reais dos diversos povos que compõem a vastidão territorial baiana, a despeito de uma formação com ênfase na economia, que desconsidera aspectos culturais e sociais importantes. Mesmo que a proposta de educação profissional sugira a articulação com os territórios de identidade e seus sistemas produtivos, ainda favorece os interesses do capital comercial. Além disso, apesar dos avanços alcançados com a implementação de uma formação profissional para o trabalho e da valorização da formação técnica, as políticas educacionais, de modo geral, têm sido construídas levando-se em conta apenas os interesses do mercado, demonstrando dificuldades para formar sujeitos que consigam lidar com os problemas, tanto do trabalho, quanto sociais, sem enfatizar o fomento à uma formação crítica. A falta de formação pedagógica para os docentes da educação profissional é um desafio significativo. Silva (2016) destaca a condição precária do docente que atua com contratos temporários, impactando em sua estabilidade e autoestima. A pesquisa aponta a necessidade de novas configurações de qualificação e contratação para melhorar a identidade profissional dos docentes (Silva, 2016). Ressalta-se a necessidade de pensar uma política pública que favoreça a formação educacional profissional que vá além da mera qualificação para o mercado de trabalho. Que busque a superação da alienação, da ideologia do capital humano, e promova a autonomia intelectual da classe trabalhadora. Uma formação entendida como uma oportunidade de desenvolvimento integral e que promova a compreensão das dinâmicas sociais.

Palavras-Chave: educação profissional; formação e trabalho docente; políticas públicas

Referências



ALVES, Gustavo Elias de Carvalho. *Crise contemporânea da educação profissional técnica de nível médio: cenário da educação profissional em uma escola estadual do município de Jacobina-BA*. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2019.

BAHIA (Estado). *Decreto n.º 11.355*, de 04 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia.

BAHIA (Estado). *Decreto n.º 12.354*, de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Salvador, 2010.

BAHIA (Estado). *Lei n.º 10.955*, de 21 de dezembro de 2007. Diário Oficial do Estado da Bahia, 21 dez. 2007.

BARBOSA, Ana Carina Freire. *Política pública para educação profissional na Bahia: o Plano de Educação Profissional*. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. *Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação*. Salvador: Eduneb, 2012.

DUARTE, Ruy José Braga. *A formação dos estudantes na educação profissional técnica integrada ao nível médio da rede pública do estado da Bahia 2008 a 2016: contradições, possibilidades de uma educação emancipatória*. 2021. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

FONSECA, Érica Pereira Paraguai. *As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica no estado da Bahia: disputas de concepções da formação*. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

NERES, Jocelândia Cerqueira. *Entre o território vivo e letras mortas: um estudo sobre as políticas educacionais para a formação de trabalhadores em Conceição do Jacuípe*, de 2006–2016. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

NETO, Alberto Álvaro Vasconcelos Leal. *A educação profissional integrada ao ensino médio no governo Lula: uma análise à luz da categoria trabalho*. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ROCHA, Ana Karine Loula Torres. *Educação profissional na Bahia: representações sociais dos egressos no Território de Identidade de Irecê – TII*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, 2019.

SILVA, Carla Luana da; LEAL, Rogério Gesta. Os programas constituidores da política pública educacional voltados à educação básica. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 423-450, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5380/rinc.v9i2.85795>.

SILVA, Cláudio de Souza. *Representações sociais sobre o ensino médio integrado: subsídios para políticas públicas em educação profissional na Bahia*. 2014. 121 f.



Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014.

SILVA, Eudes Rodrigues da. *Curso Técnico de Logística Integrado ao Ensino Médio do Colégio Estadual Reitor Miguel Calmon em Simões Filho, BA: um modelo de políticas públicas em educação profissional (2008-2014)*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

SOCORRO, Paulina Elena Villasmil; RUIZ, Samuel Hilcías Carvajal. Políticas públicas educativas en el contexto de América Latina: una perspectiva comunal de la educación rural. In: NUNES, Claudio Pinto; SANTOS, Arlete Ramos dos; TERREROS, María Isabel González (Org.). *Experiências educativas: políticas públicas, gestão e práxis educacional*. Curitiba: Editora CRV, 2018.